



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PARECER n. 167/2026 - ATJL

PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2026 – CIA N. 0004229-15.2026.8.11.0000

ASSUNTO: Análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 17/2026, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, dedetização, descupinização e Desratização com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, a serem executados nos prédios e instalações do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 17/2026, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, dedetização, descupinização e Desratização com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, a serem executados nos prédios e instalações do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para tanto, a área inaugurou o expediente com o Formulário de Requisição do Demandante e Anexo I - Ofício ATJL; Termo de Referência n. 07/2025; Pesquisa de Preços; Ficha Estratégica; Estudo Técnico Preliminar; Mapa de Riscos n. 01/2026; Informação Orçamentária n. 50/2026-COPLAN; Check List de Termo de Referência n. 11/2026; Despacho n. 438/2026-C.Adm (andamentos n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 14 e 15).

V. Excelência autorizou o prosseguimento do feito, pois visualizou como oportuno e conveniente o objeto do Termo de Referência n. 07/2025-DServiços (andamento n. 18).



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assim, foi realizada a autuação do expediente e juntada a Certidão de Similaridade, que registrou a existência de contratos, cuja contratação é a mesma do que se pretende neste Edital (andamentos n. 2 e 3).

Novo Termo de Referência foi juntado, com reparo nas informações da metragem atribuída ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme Certidão da área (andamento 11 e 12).

Foi elaborada a Planilha de Despesa do Processo Administrativo n. 26/2026, a partir de preços públicos e orçamentos de empresas privadas (andamento n. 15), bem como juntada a Certidão assinada pela Sra. Chefe de Divisão de Compras (andamentos n. 16).

A Minuta do Edital do Pregão Eletrônico encontra-se no andamento n. 30, para análise.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o intuito de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, incisos I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, razão pela qual não abarca aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, salvo apontamentos que decorram de elementos de conexão com questões jurídicas, consoante posicionamento da Advocacia-Geral da União, (Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas) e Instrução Normativa 01/2023-C.ADM, no item 5.5.

II.1 Do Edital e seus elementos

Inicialmente, vale ressaltar que a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, IV, da Lei n.º 14.133/2021. Tendo em vista a celeridade, a eficiência e a segurança, é essencial que a Administração aponte de



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

forma clara: (i) se foram utilizados modelos padronizados; (ii) quais modelos foram adotados e (iii) se foram procedidas as modificações ou adaptações no modelo.

No caso, a Informação n. 109/2026-DA registra que foram utilizados os modelos do *site* da AGU – Advocacia Geral da União.

O **Edital** deve conter alguns requisitos obrigatórios, conforme previsto no art. 25 da Lei n.º 14.133/2021. E, no caso em análise, os requisitos foram observados da seguinte forma:

- (i) objeto da licitação: Cláusula primeira, no item 1.1;
- (ii) regras relativas à convocação: Cláusulas segunda e terceiro.
- (iii) regras relativas ao julgamento: Cláusulas quinta e sexta;
- (iv) regras relativas à habilitação: Cláusula sétima;
- (v) regras relativas aos recursos: Cláusula oitava;
- (vi) regras relativas às penalidades: Cláusula nona;
- (vii) regras relativas à fiscalização e à gestão do contrato: Cláusula Décima Segunda;
- (viii) regras relativas à execução dos serviços e às condições de pagamento: Cláusula Sétima, do Termo de Referência;
- (ix) índice de reajustamento de preço: Anexo I – Termo de Referência – Cláusula nona.

Nesse contexto, está formalmente em ordem a minuta do edital. Outro elemento essencial da licitação é a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar** – ETP (andamento n. 05, do expediente), que corresponde ao documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação e que dá base ao Termo de Referência nº 007/2025-DServiços, nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei n.º 14.133/21.

O parágrafo 1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021 detalha os elementos que devem constar do estudo técnico preliminar, para explicar qual é a melhor solução do problema a ser resolvido, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, por meio do levantamento de mercado e análise das alternativas possíveis.

No caso concreto, a área explicou que este procedimento licitatório visa substituir os Contratos n. 179/2024, 181/2024, 182/2024, 183/2024,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

185/2024, 186/2024 e 188/2024, para a contratação de empresa especializada para dedetização química geral é a opção mais viável, pois atuará de modo preventivo e periódico, para o controle de pragas e segurança dos ambientes, nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Já o **Termo de Referência**, segundo definição do inciso XXIII do artigo 6º da Lei 14.133/21, regulamentado pelo art. 28 da IN/SEGES nº 05/2017, será elaborado com base nos estudos preliminares e no gerenciamento de riscos, informando, em linhas gerais: (a) descrição do objeto/da solução como um todo, (b) fundamento jurídico para contratação direta, se for o caso, (c) requisitos da contratação, (d) modelo de execução do objeto, (e) modelo de gestão do contrato, (f) critérios de medição e pagamento, (g) forma e critérios de seleção do fornecedor, (h) estimativas detalhadas de preços e (i) previsão orçamentária.

Na espécie, o Termo de Referência n. 7/2025 possui os requisitos exigidos na IN/SEGES n. 05/2017 (e na própria Lei n. 14.133/2021).

Feitos os esclarecimentos preliminares do ETP – Estudo Técnico Preliminar, do TR – Termo de Referência e Edital, passa-se a analisar os principais pontos da contratação em sua fase interna.

a) Objeto Contratual

O art. 6º, inc. XIII da Lei n. 14.133/21 define bens e serviços comuns como *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*.

Importante registrar o entendimento doutrinário sobre a definição de bens e serviços comuns:

“O conceito (indeterminado) de “bem ou serviço comum” possui as seguintes características básicas: disponibilidade no mercado (o objeto é encontrado facilmente no mercado), padronização (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou do serviço) e casuismo moderado (a qualidade “comum” deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos). (Rafael Carvalho Rezende Oliveira. Licitações e Contratos Administrativos).



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Portanto, o conceito de bens e serviços comuns inclui o padronizado e ainda aqueles serviços que podem ser descritos objetivamente. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

“No tocante à adequação da modalidade de licitação escolhida, entendo que os produtos/serviços demandados pelo TST podem se enquadrar como bens comuns, uma vez que apresentam padrões claros de desempenho e de qualidade objetivamente definidos no edital, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 2º, §1º, do Decreto nº 5.450/2005” (TCU – Acórdão 1114/2006 – Plenário).

No Acórdão 313/2004, o Ministro Bejamim Zymler defende que:

“O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais no mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.

A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos podem também ser enquadrados como comuns. O que se pretende com essa afirmação é orientar o gestor público a observar se, durante a realização do procedimento licitatório, devido às características do objeto, haverá a necessidade de análises mais aprofundadas quanto aos elementos técnicos, exigindo-se para tal a execução de testes que comprovem a adequação do objeto ofertado às especificações constantes do edital. Se identificada a necessidade de realização de testes ainda na realização do certame, fica evidente que esse objeto não pode ser definido como comum, sendo, portanto, impossível a sua aquisição via pregão”.

Com base nas premissas estabelecidas, é mister reconhecer que o objeto da contratação ora pretendida, do Termo de Referência n. 7/2025 (Anexo I do Edital), enquadra-se entre serviços de natureza comum, haja vista a possibilidade de estabelecer critérios objetivos de qualidade e adequabilidade com o propósito de averiguar a proposta mais vantajosa à Administração quando da escolha da empresa que executará os serviços pleiteados a serem licitados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

b) Planejamento Estratégico e Plano de Contratações Anual

A fase preparatória do procedimento licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo ser compatibilizada com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, por isso, é importante que a futura contratação esteja prevista no plano, de modo a manter a eficiência e a racionalização dos atos administrativos.

No caso, foi expressamente registrado no item 2.6, do Termo de Referência n. 07/2025, que a demanda está contemplada no Plano de Diretrizes e metas 2026, o que está corroborado pela Informação Orçamentária COPLAN n. 50/2026 (andamento n. 11, do expediente).

c) Modalidade Licitatória

A contratação pretendida foi tratada como natureza comum a atrair a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei n. 14.133/21.

Em relação à sistemática, o artigo 29 da Lei 14.133/21 dispõe ser a modalidade mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns que tenham condições de predefinir os padrões de desempenho e qualidade por meio de características praticadas no mercado, tal qual se vê em relação aos materiais pretendidos.

A Área Demandante apresentou os motivos pelos quais optou pelo Pregão Eletrônico em razão da essencialidade dos bens comuns, conforme destacado no item 1.9 do Termo de Referência.

Diante da adoção da modalidade pregão e em observância do art. 6º, XLI da Lei n. 14.133/2021, **o critério de julgamento foi adequadamente fixado como o de menor preço**, conforme minuta do edital vista no andamento n. 30.

d) Forma Eletrônica

As licitações devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica e será admitida a forma presencial mediante motivação expressa,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. Essa é a inteligência do art. 17, §2º, da Lei n.º 14.133/2021. Neste caso, a licitação será realizada sob a forma **eletrônica**, conforme consta do cabeçalho da minuta do edital.

e) Critério de julgamento das propostas

O critério de julgamento eleito pelo instrumento convocatório foi o de **menor preço por lote**, que ao todo são cinco, formado por itens unidos em razão da proximidade da localização dos prédios.

O julgamento pelo menor preço considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório. Cabe ressaltar que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, segundo art. 34, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

f) Modo de disputa

Os modos de disputa aplicáveis às licitações são: aberto e fechado, e podem ser utilizados de forma isolada ou conjunta (art. 56 da Lei n.º 14.133/2021). No caso em tela, o critério de julgamento foi o de menor preço por item e o modo de disputa adotado foi **aberto e fechado**, cuja previsão se encontra no subitem 6.10 do Edital, o que significa que está conforme as disposições legais.

g) Qualificação técnica

A fase de habilitação serve para a verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante em realizar o objeto da licitação. É dividida nas etapas: jurídica, técnica,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, conforme art. 62 da Lei n.º 14.133/2021.

No ponto, interessa abordar a qualificação técnica, que é subdividida em qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, cujas espécies são regidas pelo art. 67 da Lei 14.133/2021.

Por um lado, com relação à **qualificação técnico-profissional**, trata-se de vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do certame. Assim, o licitante deverá indicar o profissional, que seja registrado no conselho profissional competente, sendo possível sua substituição, desde que presente os mesmos requisitos.

Da análise do item 8.3.4, orienta-se a adequação dos requisitos, incluindo-se os incisos do artigo 67, que assim dispõe:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

*§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do **caput** deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.*

Deverá também ser incluindo quais são os profissionais que serão aceitos com os responsáveis técnicos pela prestação dos serviços.

Quanto aos itens 8.3.4.1 e 8.3.4.2, que dizem respeito à declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições de locais, sugere-se o remanejamento para o item 4.9, que trata sobre a vistoria, com escopo nos §§ 2º e 4º, ambos do artigo 63, da Lei de Licitações.

Por outro lado, com relação à **quantificação técnico-operacional**, envolverá comprovação de que o licitante já executou, de modo



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

O item 8.3.5 dedicou-se a prever os critérios a serem preenchidos pelas empresas, no entanto, algumas ponderações devem ser destacadas.

A uma, no item 8.3.5.1.1.1 o percentual do objeto contratado a ser atingido pela licitante deve especificado. Quais serão os parâmetros para auferir o percentual exigido? Será conferido em metros quadrados por lote? Assim, a área deverá esclarecer esse ponto e consignar o correspondente do percentual de cada um dos lotes.

A duas, o item 8.3.5.1 dispõe que a aptidão para a execução do serviço se dará por meio de certidões ou atestados, no entanto, o item 8.3.5.2, segunda parte, estabelece que o “*o atendimento ao quantitativo mínimo exigido deverá ser comprovado por um único atestado, (...)*”, assim, sugere-se a readequação desse ponto.

Diante disso, a área deverá remanejar o item para a qualificação técnico-operacional (itens 8.3.5 e diante) e rever a vedação constante do item 8.3.5.2, acima destacado.

Ademais, no que tange aos atestados, a exigência deverá estar restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas aquelas parcelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado da contratação (art. 67, §1º, Lei 14.133/21).

Há duas possibilidades admitidas por lei, razão pela qual, é importante que o setor competente, para a elaboração do projeto e da minuta do edital, apresente justificativa idônea para a opção adotada.

h) Critérios de sustentabilidade ambiental e licenciamento ambiental

Com efeito, o art. 45 da Lei 14.133/21 prevê que as contratações devem observar normas relativas à disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e à mitigação por condicionantes e compensação ambiental. Também, deve haver o cuidado com a utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em relação à mitigação dos impactos e compensação ambiental, cabe ressaltar que as regras serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental, que representa relevante etapa de qualquer projeto que possa causar impacto ambiental.

O item 4.6, do Termo de Referência, foi dedicado exclusivamente para dispor sobre os critérios de sustentabilidade da contratação, com as exigências do cumprimento de requisitos ambientais e de segurança.

i) Participação de Consórcios e das Cooperativas.

De acordo com os artigos 15 e 16 da Lei 14.133/2021, caso não haja vedação justificada no âmbito do processo licitatório, será permitida a participação de consórcios, desde que observados os requisitos legais. Em relação às Cooperativas, a Lei exige que a sua participação poderá ocorrer quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Sobre a matéria, recente julgado do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

Conforme remansoso entendimento desta Corte e do Tribunal de Contas da União, embora a decisão de permitir ou vedar a participação de consórcios insira-se no âmbito da discricionariedade do gestor, os fundamentos dessa escolha devem estar claramente registrados no procedimento licitatório ou no instrumento convocatório. (Acórdão n. 31589/2025, TCE-RJ)



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

No item 8.3.1.11, a área registrou a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio, sob a justificativa de ausência de alta complexidade e de que o objeto se refere a serviços de natureza contínua, especializados e de execução direta, que demandam responsabilidade técnica única e coordenação operacional centralizada, portanto, é incompatível com a divisão de tarefas e responsabilidades entre as empresas distintas.

Por outro lado, permitiu a participação de cooperativas, desde que cumpridas as exigências do item 8.3.5.5.

j) Tratamento Diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A Lei Complementar n.º 147/2014, alterou a Lei Complementar n.º 123/06 e promoveu diversas alterações no tratamento de microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito licitatório.

No caso em particular, a licitação destacou que não haverá cota reservada às microempresas ou empresa de pequeno porte, conforme os itens 8.3.1.10:

8.3.1.10. Não Aplicação da Cota Reservada para MEI e EPP

8.3.1.10.1. Nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei 14.133/2021, e do art. 48, § 1º, da Lei Complementar 123/2006, informa-se que não será aplicada a cota reservada para Microempreendedores Individuais (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nesta licitação.

8.3.1.10.2. A decisão fundamenta-se no fato de que o objeto do certame se refere à prestação de serviço especializada, caracterizando-se como um serviço indivisível e que exige padronização na execução, o que impossibilita a divisão do fornecimento entre empresas de pequeno porte sem prejuízo à qualidade e continuidade do serviço.

8.3.1.10.3. A contratação demanda capacidade operacional financeira compatível com o valor estimado da contratação, fatores que podem limitar a viabilidade da reserva de cota para MEI e EPP.

8.3.1.10.4. Em atendimento ao princípio da eficiência e da isonomia, e para garantir a execução adequada do contrato, a Administração opta por não aplicar a reserva de cota prevista na legislação.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

I) Garantia

A Administração tem a opção de exigir a prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços. Isso serve para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, inclusive no que diz respeito a multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento. Quando exigida, a garantia deve estar expressa no edital de licitação e na minuta de contrato, para que todas as partes estejam cientes dessa exigência.

Durante a fase de planejamento da contratação, é importante que a Administração avalie cuidadosamente se a exigência de garantia é realmente necessária e em que percentual, a fim de que provoque a elevação dos preços do objeto contrato.

Isso porque, o artigo 98, dispõe que *“Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos”*.

No Termo de Referência, ora analisado, a área estabeleceu a exigência do percentual de 10% do valor da contratação, ao argumento de que “a experiência administrativa anterior demonstrou a ocorrência de dificuldades recorrentes na execução contratual, inclusive com prejuízos à regularidade e à eficiência dos serviços, (...). O percentual fixado mostra-se proporcional e adequado à complexidade operacional do objeto, à capilaridade territorial da execução, ao uso de insumos controlados e à potencialidade de danos decorrentes de eventual inexecução ou execução inadequada”.

II.2 ANÁLISE DAS MINUTAS

Feitas essas considerações sobre o inteiro teor Termo de Referência, do Edital e do Contrato, RECOMENDA-SE as seguintes adaptações:



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

a) Termo de Referência

Além dos apontamentos fixados acima, sugere-se as retificações:

- Em “INFORMAÇÕES GERAIS”, substituir a parte final do objeto “a serem executados nos prédios e instalações dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual”, para “a serem executados nas áreas internas das unidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso”;

- No item 1.10, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);

- No item 9.2 que trata sobre o reajustamento, esclarecer que a concessão do direito dependerá de solicitação da contratada, antes da conclusão da anualidade, sob pena de preclusão;

- No item 10.3.2, incluir o prazo máximo de 6 (seis) anos para a fixação da sanção de declaração de inidoneidade;

- No item 10.4.1, incluir a Instrução Normativa n. 03/2024-CAAdm, como fundamento jurídico do procedimento administrativo mencionado;

b) Edital

Com relação à Minuta do Edital, ressalta-se as correções:

- No preâmbulo, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);

- Nos itens 2.7 e 2.8 retificar a numeração indicada para 2.6.2 e 2.6.9;

c) Contrato

Todas as Cláusulas da Minuta do Contrato devem reproduzir fielmente as regras do Termo de Referência e do Edital, incluindo as adequações acima apontadas. No mais, orienta mais algumas correções:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- No item 2.1, indicar se o prazo máximo de prorrogação será de acordo com o artigo 106 (cinco anos) ou artigo 107 (dez anos);
- Nos itens que se referem aos requisitos de qualificação técnica e profissionais (9.3 e 9.4), adequar de acordo com a orientação acima, para que sejam indicados rol de profissões compatíveis com os serviços a serem prestados, cuidando para que não configure restrição na competitividade;
- Excluir os itens 11.1.1 e seguintes, sendo oportuno apenas a indicação do item 4.8, do Termo de Referência n. 07/2026;
- Corrigir a ortografia da palavra sustentabilidade, na Cláusula Décima Oitava;

III. PESQUISA DE PREÇOS. ART. 23, DA LEI N. 14.133/2021.

A pesquisa de preço é um requisito indispensável para a contratação pública, seja ela para contratação direta via dispensa, inexigibilidade ou, procedimento licitatório, pois, utilizada uma análise crítica quanto ao real investimento feito pela administração em determinadas aquisições, se pode verificar se o valor é justo e compatível com o preço estabelecido no mercado.

Dessa forma, realizada a pesquisa de preço nos termos do que determina a lei vigente, o Poder Público pode balizar as futuras contratações, tanto quanto garantir que o preço estimado no certame é o mesmo praticado pelo ente particular ou por outros órgãos da administração direta ou indireta.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Consulta n. 20, fixou o seguinte entendimento em relação à “cesta básica” da pesquisa de preços:

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS.

1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

Neste caminhar, observa-se que a partir dos orçamentos extraídos de outros órgãos públicos e de empresas privadas, foi elaborada a Planilha de Despesa do Processo Administrativo n. 26/2026, no qual valor do m² para os serviços de dedetização química é de R\$0,97 (noventa e sete centavos):

OBS: Termo de Referência n. 07/2025-DServiços, originado da Coordenadoria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, juntamente com os orçamentos (andamentos n. 2 e 3 do expediente e 11 CIA).

Lotes I ao VII - Itens 01 ao 53 - Preço 01 - Banco de Preços. Identificação: 10784782000150-1-000199/2025. Empresa DETOX DEDETIZADORA LTDA - CNPJ 20.494.248/0001-63. Preço 02 - Preço 02 - Banco de Preços. Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90003/2025 / UASG: 158498. Empresa DETOX DEDETIZADORA LTDA - CNPJ 20.494.248/0001-63 e Preço 03 - Banco de Preços. Identificação: 01310499000104-1-000006/2025. Empresa IMPACTO COMERCIO E SERVICOS URBANOS E RURAIS LTDA - CNPJ 10.315.247/0001-50.

Considerando a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual deixará de ser examinada por esse órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade. Contudo, ressalta-se que o setor buscou obter preços de referência em sistemas oficiais de governo, e em contratações similares, cumprindo com o disposto no artigo 5º, §1º da IN SEGES/MT n. 65/2021).

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Assessoria entende que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização química geral nas unidades dos Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso deve ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

A Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, desde que retificada e/ou sanada as inconsistências de acordo com os apontamentos dos tópicos, estará apta a



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

atingir os fins a que se destina, nos termos do que preceitua o art. 53, §4º da Lei nº. 14.133/2021.

Por fim, em consonância ao disposto no item 5.3 da Instrução Normativa n. 01/2023-C.Adm., não há necessidade de novo pronunciamento desta assessoria, para simples verificação do atendimento das recomendações consignadas, sendo ônus da equipe de contratação pelo seu cumprimento, salvo se a Autoridade Superior entender de modo diverso.

É o parecer que se submete à consideração superior.

Cuiabá/MT, 10 de março de 2026.

Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação